



A categoria gênero em pesquisas históricas sobre a Idade Média: do desafio à realidade.

Priscila Cardoso Silva¹

Recebido em: 23/07/2019

Aprovado em: 14/11/2019

RESUMO

O artigo tem como propósito central prestar contribuições às questões de gênero e poder relativas ao período da Baixa Idade Média, evocando a imagem de Beatriz de Castela, uma rainha pouco conhecida nas historiografias lusitana e, especialmente, brasileira. Ao tomar como fontes a “Crônica de D. Dinis” e a “Crônica de D. Afonso IV”, ambas elaboradas entre o final do século XV e o início do século XVI por Rui de Pina, este trabalho analisa um discurso de exaltação régia que possui como narrativa principal os reinados do sogro da castelhana, o rei D. Dinis de Portugal, e de seu marido, D. Afonso IV, situados historicamente entre a segunda metade do século XIII e o meio do século XIV. O artigo, então, pretende focar na representação de Beatriz construída pelo cronista durante o desenvolvimento de suas obras.

Palavras-chave: Portugal. Idade Média. Gênero.

The gender category in historical researches about the Middle Ages: from challenge to reality.

ABSTRACT

This article has as central purpose to give contributions to the gender and power questions related to the period of the Late Middle Ages, evocating the image of Beatrice of Castile, a little-known queen in the Lusitanian and, especially, Brazilian historiographies. Taking as sources the *Chronicle of D. Dinis* and the *Chronicle of D. Afonso IV*, both developed between the end of the fifteenth century and the beginning of the sixteenth century by Rui de Pina, this paperwork analyses a royal exaltation discourse that has as principal narrative the reign of the father-in-law of the Castilian, the king D. Dinis of Portugal, historically situated between the second half of the thirteenth century and the middle of the fourteenth century. The article, then, intends to focus in the representation of Beatrice constructed by the chronicler during the development of his works.

Keywords: Portugal. Middle Ages. Gender.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ), mestre e graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO), além de professora de História da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2016. E-mail: priscila.historia@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474364115512116>



1 INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

O artigo objetiva abordar a categoria gênero e as relações de poder inscritas na pesquisa da doutoranda, intitulada “Rainhas portuguesas no baixo medievo: uma análise comparativa entre as representações cronísticas de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre”, carregando como principal problema a seguinte questão: é possível estudar gênero utilizando como recorte temporal a Idade Média?

Essa questão emergiu diante da constatação de certa dificuldade em encontrar referências bibliográficas que pesquisem identidades de gênero no período medieval. Já foram analisadas experiências femininas no contexto da Revolução Industrial e seus desdobramentos. Dorothy Thompson, por exemplo, estudou a classe trabalhadora inglesa feminina na primeira metade do século XIX que, apesar de não ser homogênea, teria adotado uma estratégia que privilegiava a identidade de classe ao apoiar o sufrágio masculino para garantir direitos para seus maridos no contexto do movimento cartista (THOMPSON, 2013, p. 22).

Trata-se de uma abordagem que vincula reivindicações das mulheres trabalhadoras às mentalidades do contexto histórico determinado, como as concepções do homem como provedor do lar e do trabalho feminino como complementar à renda familiar. Desse modo, a historiadora pensa classe e gênero como categorias relacionais, e inscritas em relações de poder.

O artigo de Catherine Hall, publicado na mesma revista que o de Thompson, também expõe tal temática e reforça que a experiência de classe não tem sido vivida da mesma maneira por homens e mulheres. Na classe trabalhadora da Inglaterra do século XIX, os homens eram vistos como líderes e atuavam como sujeitos independentes, ao passo que as mulheres seriam seres políticos dependentes que estariam mais ligados aos núcleos familiares, embora não possam ser colocadas como passivas (HALL, 2013, p. 86).

Hall pôde concluir, através de suas pesquisas, que havia um discurso da natureza dos sexos para justificar a desigualdade na esfera pública, sendo evocada, tal como em Thompson, uma noção de poder baseada em saberes pré-estabelecidos. Eleni Varikas confere certo mérito ao trabalho por acreditar que, influenciado pelos métodos e questionamentos dos melhores momentos da tradição thompsoniana, transformou substancialmente essa tradição “[...] introduzindo as experiências diferenciadas dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária” (VARIKAS, 1994, p. 73).



Torna-se igualmente verdade que, além de esses próprios textos conterem fundamentações teóricas imprescindíveis para os estudos de gênero, eles e outras considerações acadêmicas abordadas acerca das relações de poder permitiram a construção da hipótese de que esses temas – gênero e poder – perpassam temporalidades históricas. Apesar de parecerem atemporais *a priori*, gênero e poder devem ser compreendidos como conceitos que, descontextualizados, transformam as pesquisas históricas em estudos inexecutáveis. Mas a pergunta que reside é: qual é a aplicabilidade de uma teoria tradicionalmente utilizada para o tratamento de periodicidades tardo-modernas ou contemporâneas no medievo?

Conforme foi observado nos estudos de Thompson e Hall, o conceito contemporâneo de classe, por exemplo, é geralmente utilizado nos estudos sobre as mulheres de maneira articulada ao gênero, o que parece impraticável nas pesquisas sobre o período medieval. Como conferir utilidade para arcabouço teórico tão rico e, ao mesmo tempo, tão pouco abordado em determinados recortes temporais? Tais questionamentos construirão o cerne do artigo em pauta, cuja intenção não pretende ultrapassar o ensaio, ou o simples fazer refletir.

2 A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA

Embora se reconheça que o campo esteja ganhando cada vez mais espaço na historiografia mundial e nacional, a História de Gênero constitui ainda um fenômeno recente em termos históricos. Apesar de Jules Michelet, ainda no século XIX, ter feito a mulher aparecer na história e os *Annales*, na primeira metade do século XX, terem contribuído para que as mulheres fizessem parte da historiografia, foi na década de 1960 – com o surgimento do movimento feminista e das correntes revisionistas marxistas – que a abordagem do feminino efetivamente floresceu. Varikas lembra que o feminismo foi a tentativa de afirmação de um lugar desnaturalizado antes mesmo da existência de um movimento intelectual encabeçado pelas historiadoras de gênero, inclusive:

[...] os estudos feministas não esperaram o pós-estruturalismo para sublinhar a importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e na compreensão da construção do gênero e das relações sociais que os sustentam. [...] E, deste ponto de vista, poder-se-ia afirmar que a história das mulheres forneceu algumas das primeiras manifestações daquilo que foi chamado de “guinada linguística” na história (VARIKAS, 1994, p. 70).

De fato, aos poucos surgiam cursos e pesquisas com foco e sob o nome de História das Mulheres, porém tais mudanças ocorreram evidentemente na década posterior, quando o feminismo propagou-se para outras partes do mundo além dos Estados Unidos, considerado



um dos berços do movimento (SOHIET, 1997, pp. 275-277). Em Portugal, por exemplo, foi organizado um congresso intitulado “Sobre a condição da mulher portuguesa”, que ocorreu em Lisboa, no ano de 1968, assim como, no ano seguinte, um ciclo de conferências sobre o tema “A mulher na sociedade contemporânea” (LOURENÇO, 2012, p. 3).

Nas universidades francesas, a partir de 1973, foram criados cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a História das Mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional (SOIHET, 1997, p. 277).

Na década seguinte, mais precisamente em 1985, foram organizados dois grandes colóquios interdisciplinares em Portugal que revelaram o grande interesse que esse novo campo de estudos parecia despertar no mundo lusófono. Assim, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi realizado o colóquio “As mulheres em Portugal”, e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais”.

Pode-se considerar que o último marcou o início do estudo da História das Mulheres entre os medievalistas portugueses. José Mattoso, por exemplo, apresentou nesse colóquio uma comunicação intitulada “Mulher e família”, no qual fez não só um conjunto de reflexões teóricas sobre o assunto, como enumerou um vasto conjunto de problemas que na altura poderiam ser objeto de estudo pelos historiadores. A investigação deveria assentar em dois vetores fundamentais da vida familiar, a sucessão e a aliança, sendo também apresentadas propostas metodológicas para a sua abordagem (MATTOSO, 1986, pp. 35-49). Outra comunicação que trouxe algumas respostas sobre o papel das mulheres da nobreza nas estratégias de aliança e na transmissão do patrimônio, entre os séculos XI e XIII, foi a apresentada por Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura (COELHO, 1986, pp. 51-90).

Todavia, a História das Mulheres trilhou, tal como em outras partes do mundo, um curto e lento caminho na historiografia lusitana. A ideia pré-concebida de que não havia dados documentais suficientes para escrever acerca das mulheres condicionou, por exemplo, a escassez de biografias e trabalhos sobre as rainhas de Portugal, produzidas em número



significante somente a partir dos anos 2000, por pesquisadoras como Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues e Manuela Santos Silva.²

Mas ao mesmo tempo em que surgiam grandes colóquios portugueses que tinham alguma ligação com o estudo das mulheres, universidades brasileiras como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) passavam a consolidar ou formar centros de pesquisa exclusivamente sobre a Idade Média. Foi também entre os anos 80 e 90 que, com a intencionalidade de superar a habitual dicotomia historiográfica da mulher tida como vítima da opressão masculina ou rebelde aos efeitos da dominação, alguns pesquisadores como as americanas Joan Scott e Jane Flax formularam oficialmente a categoria gênero.

Esse novo campo, comumente diferenciado da História das Mulheres por historiadores como a Prof.^a Dr.^a Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, analisa mais as diferenças sexuais via legitimação das relações de dominação contextualizadas – essa configurada por meio de instituições, representações, práticas, normas, papéis sociais e identidades subjetivas e coletivas – do que propriamente descreve e interpreta a mulher como uma categoria social fixa ou invariante (SILVA, 2004, pp. 90-91). Mesmo assim, intelectuais como Louise Tilly entendem que “a história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos” (TILLY, 1994, p. 34).

Sob a perspectiva de Joan Scott³ – principal teórica sobre o assunto – gênero consistiria em estudar papéis desempenhados de acordo com as questões sociais, pondo enfoque não somente no lugar social, mas inclusive nas construções ideológicas de identidade. Na visão de Scott, as categorias são articuladas à noção de poder – promovendo a

² A título de exemplificação: SILVA, Manuela Santos. Os primórdios da casa das rainhas de Portugal. *Raízes medievais do Brasil moderno*: Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2007, pp. 28-41; SILVA, Manuela Santos. Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: educator and reformer. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. (ed.). *The Rituals and Rhetoric of Queenship: Medieval to Early Modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009, pp. 37-46; SILVA, Manuela Santos. A casa e o patrimônio da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, v. 11, n. 2, 2010, pp. 207-227; RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida; SILVA, Manuela Santos. Private properties, seigniorial tributes and jurisdictional rents: the income of the queens of Portugal in the Late Middle Ages. In: EARENFIGHT, Theresa (ed.). *Women and wealth in late Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, pp. 209-228; RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. Un destin interrompu: Aliénor de Portugal, brève reine d’Aragon (1347-1348). In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir.). *Revue d’histoire et d’archéologie méditerranéennes*: Les femmes dans l’espace nord-méditerranéen. Tome XXV, 2013, pp. 89-96.

³ Ver, principalmente, SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Consiste na tradução portuguesa de um de seus textos mais esclarecedores sobre a categoria gênero, amplamente retomado e debatido entre pesquisadores de várias partes do mundo ao longo das últimas décadas.

diferenciação sexual – e construídas pela prática discursiva, cujo método consiste na análise de discurso.

Ela, então, aliou-se às propostas teóricas do pós-estruturalismo e da desconstrução encontradas em abordagens como as de Michel Foucault, Julia Kristeva e Jacques Derrida, seguindo os rumos da chamada “virada linguística”, corrente intelectual na qual a linguagem possui importância enquanto agente reestruturador. De acordo com a pesquisadora, seria crucial desconstruir uma historiografia convencional que garante a “superioridade política do homem branco”, superioridade essa respaldada por uma suposta “naturalidade da heterossexualidade monogâmica” (SCOTT, 1999, p. 24).

O problema é que, como no campo científico todo pesquisador é passível de críticas, Scott também foi questionada acerca de suas objeções à História Social. Segundo ela, a conceitualização de gênero não é possível no domínio da História Social porque é marcada intensamente pelo determinismo econômico, isso é, porque:

[...] reduziu as ações humanas a uma simples função das forças econômicas e faz do gênero um dos seus numerosos subprodutos. [...] A história social pressupõe que seu próprio quadro de explicação (econômico) permite explicar a diferença entre os gêneros; o gênero não é um objeto que se deva estudar por si (SCOTT apud TILLY, 1994, p. 47).

Tilly discorda veementemente dessa argumentação contrária à História Social, assim como a proposta pós-estruturalista sugerida por Scott, que, na verdade, consistiria em uma abordagem de gênero “mais literária e filosófica” (TILLY, 1994, p. 47). Retomando a discussão entre as historiadoras, Varikas explica que:

É precisamente o uso “mais literário e filosófico” do gênero proposto por Scott e a abordagem desconstrutivista enaltecida por ela que, segundo Tilly, “superestima(m) o peso da coerção social” e tornam “triviais as condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam” (VARIKAS, 1994, p. 66).

Contudo, Eleni Varikas enxerga aspectos positivos e negativos em ambas as orientações historiográficas. De fato, uma e outra admitem, por exemplo, o uso “excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e concordam sobre a necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise através de uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica” (VARIKAS, 1994, p. 65).

Com efeito, a autora deste artigo concorda com Varikas quando a mesma afirma que abordar o futuro da história das mulheres ou da problemática de gênero a partir da escolha



entre História Social e desconstrutivismo parece ser um “falso dilema” (VARIKAS, 1994, p. 84). Não há um manual que conecte objetivamente teoria e metodologia em uma pesquisa histórica, assim como não há um tipo específico e exclusivo de metodologia para determinada fonte. O historiador hoje encontra uma infinidade de aparatos teórico-metodológicos e inclusive abordagens que dialogam brilhantemente com outras áreas das ciências humanas como a antropologia (Lévi-Strauss, Geertz), a sociologia (Weber, Bourdieu), a filosofia (Schopenhauer, Nietzsche), a semiótica (Barthes, Kristeva), entre outras.

Julia Kristeva, inclusive, promove um notável encadeamento entre questões sociais e instrumentos linguísticos a partir da orientação dupla de um texto “para o sistema significante no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social do qual participa enquanto discurso” (KRISTEVA, 2012, pp. 4-5), visto que ele é mais do que um mero produto estático. Pensando também na ligação entre linguagem e história social, Eni Orlandi – uma das pioneiras do método discursivo no Brasil – afirma que:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2007, p. 15).

O mais importante não reside nas escolhas do pesquisador, mas na qualidade de sua aplicabilidade ao longo do estudo de seu objeto. No caso do conceito de gênero, isso significa principalmente admitir sua variabilidade e questionar o determinismo biológico. Ao longo da história, as diferenças sexuais foram justificadas e explicadas tanto por discursos quanto por ações que denunciam complexas relações de poder, bem mais labirínticas do que o simples binômio homem-mulher, ou melhor, dominador-dominada.

Frequentemente estudados pelos historiadores, autores como Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Edward Thompson ajudam a clarificar a compreensão de que poder não seria algo que se tem, mas deve ser entendido como uma série de relações de força formadas através de tensões sociais que nem sempre são institucionais. Poder então é mais uma estratégia, voluntária ou não, do que propriamente um bem. Bourdieu, por exemplo, cria o termo poder simbólico para explicar aquele poder que é exercido, mas não é percebido como tal.⁴ Na mesma linha, Thompson ressalta a importância do poder teatralizado:

⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, pp. 167-178 e também BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 7-16.



Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral (THOMPSON, 2005, p. 48).

Cabe remeter-se também a Georges Balandier quando escreve que “o grande ator político comanda o real através do imaginário”, ou seja, a afirmação de um dominador não se dá apenas pelo poder determinado por violência ou força, mas pela “[...] produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, pp. 6-7). Os dois autores, cada qual a sua maneira, trazem propostas que convergem em parte com o campo da Nova História Política, área privilegiada no sentido de refletir sobre a longa duração, as mentalidades e sentimentos. O simbolismo deixa de ser visto como uma prática em si ou um ornamento, mas como uma estratégia do poder, uma vez que “poder e política passam ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais” (FABBRO, 2004, p. 9).

Thompson e Balandier não estudam a mesma época: ambos refletem sobre a noção de poder, mas o primeiro estabelece como recorte temporal os séculos XVIII e XIX enquanto o segundo se detém aos séculos XVI e XVII. O conceito de classe operacionalizado por Thompson enquanto categoria relacional, na qual não se pensa uma classe sem outra e sem seus conflitos⁵ - como também ocorre com o conceito de gênero, de forma que é inviável estudar um sexo biológico e suas manifestações sociais sem relacioná-lo ao outro – nem perpassa a discussão de Balandier. Apesar disso, as redes de poder são percebidas nos dois trabalhos, assim como poderiam ser em quaisquer trabalhos acadêmicos sérios que se propusessem a estudar relações de poder contextualizadas, situadas em um tempo e em um espaço.

3 GÊNERO NA IDADE MÉDIA E O CASO DE BEATRIZ DE CASTELA

Mesmo que haja dificuldade em encontrar fontes para se pesquisar identidades de gênero na Idade Média, uma vez que muitas se perderam e a maioria das remanescentes revela-se de autoria ou ótica masculina, tais obstáculos não impedem a possibilidade de abordagem; pelo contrário, devem incitar ainda mais o pesquisador na busca pela compreensão de omissões e silêncios acerca do feminino.

⁵ Ver, por exemplo, THOMPSON, Edward P. *Patrícios e Plebeus*. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 56.

Portanto, se estudar a categoria gênero pressupõe identificar e analisar diferenças sexuais como instrumentos de poder, é perfeitamente coerente e até louvável aplicá-la em temporalidades históricas anteriores à sua criação enquanto conceito. Afinal, nas abordagens de elementos linguísticos tardo-medievais e representações femininas articuladas ao poder régio, por exemplo, observa-se um elo entre a construção do discurso cronístico, cujo principal mediador é a linguagem – conforme elucidado por Eni Orlandi⁶ – e a questão do poder, na senda do já caracterizado campo da Nova História Política.

Apesar da existência de trabalhos, em Portugal, sobre imagens das rainhas lusitanas, grande parte acaba por realizá-los sob a ótica biográfico-literária e não propriamente histórica. Quando o fazem, tendem especialmente ao campo da História das Mulheres, abordando pouco (ou nada) da problematização das questões de gênero, e sempre priorizando um número restrito de monarcas, quase nunca em perspectiva comparada.

Ao analisar a inserção dos estudos sobre as mulheres do período medieval ou a relação entre os sexos feminino e masculino nesse período histórico em meio às discussões gerais concernentes à História das Mulheres e à História de Gênero, nota-se que, apesar das particularidades temporais e espaciais de cada pesquisa, a diferença sexual inscreve-se nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano. Segundo Roger Chartier, ela é sempre constituída por um discurso que a funda e legitima (CHARTIER, 1995, p. 43).

Nesse sentido, Joan Scott aponta que é fundamental perceber como as sociedades representam os gêneros e os utilizam para articular regras de relações sociais. Assim, a categoria gênero estabelece significados para as diferenças sexuais, ou seja, é “uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nascido dos usos e significados de disputas políticas – que são os meios pelos quais as relações de poder, dominação e subordinação são construídas – o gênero não se refere apenas a ideias, mas também a instituições e estruturas práticas cotidianas e rituais específicos, já que todas constituem relações sociais. A categoria é, assim, um aspecto geral da organização social, que pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder (SCOTT, 1994, pp. 12-20).

⁶ Ver, dentre outras obras da autora, ORLANDI, Eni. **Análise De Discurso: Princípios & Procedimentos**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 15.



Nos textos medievais, em sua maioria escritos por homens e influenciados pela tradição patrística da Antiguidade Tardia,⁷ entende-se que o gênero está marcadamente presente quando os autores se referem às relações entre homens e mulheres em seus contextos ou se propõem a elaborar modelos de comportamento para os dois sexos.

A pesquisa da autora deste trabalho valoriza a renovação das questões políticas nos estudos medievais segundo as reflexões de Jacques Le Goff, nas quais são privilegiados os sinais e símbolos do poder. Segundo o historiador, a história política medieval foi transformada e enriquecida ao longo da segunda metade do século XX, abandonando os rumores da superficialidade desse tipo de fazer história, antes quase sempre vinculada à mera história episódica.⁸ Nas ligações entre os campos da Nova História Política e da História de Gênero, os conceitos de poder, gênero e representação são então pensados no projeto em pauta na medida em que ele analisa construções imagéticas femininas através de discursos cronísticos que intentam – cada qual a sua maneira – justificar, alicerçar e garantir a manutenção de relações de poder.

Tem-se como conceito de crônica, atribuindo como recorte temporal o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, um gênero histórico-literário em prosa e de tipologia narrativa. No caso da cronística portuguesa, as principais representantes são as crônicas régias⁹ – aqui sendo entendidas não somente como aquelas que trazem como protagonistas reis ou homens diretamente ligados a eles, mas também oriundas principalmente dessa corte – as crônicas religiosas e as crônicas dos mosteiros. Portugal pareceu ter influência de modelos produzidos na França, no território que corresponde à atual Itália e sobretudo na vizinha Castela, onde a historiografia adquiria já no século XIII um desenvolvimento avançado.

⁷ A reflexão ocidental sobre a diferença dos sexos em favor do masculino é antecedente ao período medieval. Desde os primeiros Pais da Igreja, uma série de interpretações de textos bíblicos foi elaborada por autores como Jerônimo e Agostinho e retomada ao longo dos séculos a fim de defender a supremacia masculina. Em tal discurso, as histórias da Tentação e da Queda justificariam a dominação do homem, já que Eva, a primeira mulher, teria sucumbido após ser seduzida pela serpente, carregando em si a maldição divina. Assim, a mulher seria caracterizada por uma inferioridade natural em teoria e que ocuparia uma posição secundária no que diz respeito ao homem. De acordo com os pensamentos de Agostinho formulados por volta do final do século IV, por exemplo, Deus havia criado Eva após o homem para ajudá-lo na reprodução e multiplicação da espécie. Tal qualidade de auxílio feminino resulta inclusive na subordinação da mulher na relação conjugal, na qual a obediência da mesma torna-se o fundamento da harmonia do casal. Desse jeito, incorporava-se hierarquia à união. Sobre mais detalhes referentes às prerrogativas agostinianas e outras posteriores, ver KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, v. 2, pp. 137-143.

⁸ Ver: LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história?* In: **O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 234 e também SILVA, Marcelo Cândido da. *O poder na Idade Média entre a “História Política” e a “Antropologia Histórica”*. **Revista Signum**, n. 5, 2003, p. 239.

⁹ Vanda Lourenço define a crônica régia como “um gênero historiográfico ‘oficial’” que surge no século XIV. LOURENÇO, Vanda. **A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 23.



Ao processo de construção de um enunciado discursivo e ideológico emitido pelo paço régio a partir do advento da dinastia de Avis deu-se o nome de “discurso do paço” (FRÓES, 1993, pp. 183-202). Cunhado por Vânia Fróes, esse conceito encontra-se diretamente relacionado com a afirmação de uma identidade nacional, empenhando-se desde cedo na legitimação do poder real e na consolidação de uma memória coletiva. Reproduzido por meio de textos de diversos gêneros como as crônicas e a poesia cortesã, pelas festas públicas, pelo teatro e por outros instrumentos didático-morais, tal discurso propagandístico produz e organiza uma representação de rei e de reino através do qual se difundem valores, normas e crenças que formam a sua ideologia política.

Concebe-se a representação de um monarca como um modelo – ou, como define Vânia Fróes, um *topos* (FRÓES, 1995, p. 19) – enquanto substância aglutinadora capaz de gerar sentimentos de identidade. De fato, debruçar-se sobre a cronística ibérica significa partir do pressuposto de que o protagonismo permaneceu representado pela masculinidade régia ao longo do tempo, reservando pouco espaço as suas consortes – geralmente evocadas na associação às funções medievais tipicamente consideradas femininas, como a procriação – e menos ainda às esposas dos infantes, como no caso de Beatriz de Castela, levada ao reino português com cerca de quatro anos e criada principalmente por sua sogra, a monarca Isabel de Aragão.

Nascida na cidade de Toro, a futura esposa de D. Afonso IV não tinha a ascendência ao seu favor. Embora filha dos reis Sancho IV e Maria de Molina – sendo, portanto, uma infante – a castelhana chegou a Portugal em um momento de oscilação política entre os dois reinos.

De qualquer modo, mesmo se Castela representava uma ameaça na consolidação das fronteiras lusitanas devido à contínua disputa territorial entre ambos os reinos, Vanda Lourenço frisa que “os matrimônios entre membros das famílias reais das diferentes coroas peninsulares foram comuns durante a Idade Média porque estas uniões serviram também como um meio de amenizar as hostilidades existentes entre os reinos” (LOURENÇO, 2012, p. 61). José Carlos Gimenez também lembra – através dos argumentos de Ladero Quesada – que, especialmente na segunda metade do século XIII e primeiras décadas do século XIV, era importante priorizar a resolução de conflitos internos:

[...] Ladero Quesada afirma que é necessário considerar também que os reis de Portugal e Castela lutavam contra forças que se opunham ao processo de centralização política em seus reinos. Sendo assim, buscar, nesses acordos externos, forças aliadas para vencerem seus inimigos internos era uma política de esforços dos



reinos ibéricos para consolidar a autoridade monárquica por meio de um programa de centralização política frente às insatisfações e revoltas (GIMENEZ, 2012, p. 101).

Dessa forma, era vital especialmente conter a emergência de reivindicações ao trono e minimizar a influência de famílias de prestígio nas decisões do reino ao, por exemplo, eliminar antigos privilégios feudais. José Mattoso postula que o rei D. Dinis de Portugal avançaria na política de centralização do reino por meio do aperfeiçoamento da justiça e da recuperação dos direitos senhoriais sonegados pela nobreza, através de repetidas inquirições (MATTOSO, 1999, pp. 10-31). O próprio irmão de D. Dinis, D. Afonso, havia recebido do falecido pai – o rei D. Afonso III – o senhorio de Portalegre, Marvão, Arronches e Castelo de Vide, na região da Beira Baixa e Alto Alentejo, gerando o receio de que pudesse causar “problemas à integridade do Reino” (SERRÃO apud OSÓRIO, 1993, p. 18).

Ao atuar sobre essas frentes, portanto, D. Dinis procurava afirmar a primazia do poder régio. Seu irmão Afonso aliava-se tanto às famílias tradicionais contrárias a ele quanto aos castelhanos insatisfeitos com a sucessão de Sancho IV ao trono, como era o caso da família Nunes de Lara, que apoiava os infantes de Lacerda.

No intuito de resolver tais querelas e outras como a necessidade de grandes alianças políticas e militares devido à “Reconquista Cristã” que continuava ativa em Castela,¹⁰ os reis deram início a uma sequência de acordos, dentre eles, uma promessa de casamento entre seus filhos. No caso de Portugal, as alianças matrimoniais dos séculos XIII e XIV foram decisivas para que o reino pudesse não somente se centralizar politicamente, mas também delimitar seu território e alcançar reconhecimento político externo.

Preparando-se para cumprir o papel de rainha de Portugal ao tornar-se esposa do futuro rei D. Afonso IV, Beatriz fora então criada fora de Castela desde a mais tenra idade – e por propósitos políticos. A pesquisadora Ana Rodrigues Oliveira ressalta que, a essa época, não era incomum o fato de as meninas novas abandonarem a vivência com a corte de seu reino de origem a fim de aprontarem-se para exercer atribuições de esposas e mães.¹¹ Com

¹⁰ Cabe frisar que o fim do reino de Granada só foi conseguido durante o governo dos reis Católicos, no ano de 1492. Só então terminava a “Reconquista Cristã”, que havia começado no século VIII.

¹¹ A esse costume, dá-se o nome de “patrilocalidade”, difundido no final da Idade Média, o qual garantia aos homens e rapazes disponíveis para o casamento o ambiente social a que estavam habituados e retirava das mulheres essa prerrogativa, pois as jovens noivas eram enviadas para a esfera de influência da família do futuro marido. Isso é, prometido o matrimônio, procedia-se a transferência da noiva, geralmente ainda criança. Essa transferência poderia ser para um convento ou para a corte ou casa do futuro cônjuge. Porém, essa retirada das jovens noivas de seus ambientes de origem nem sempre resultava em vivências negativas, pois a convivência com a futura família desde muito jovem poderia criar uma familiaridade positiva para a noiva, conforme será observado no caso de Beatriz. Sobre a “patrilocalidade”, ver: TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de**



isso, rompiam bruscamente com seus laços familiares para preencher expectativas dinásticas ou linhagísticas, em uma lógica que visava – para além das alianças políticas e especialmente para uma rainha – uma “rápida produção de filhos” (OLIVEIRA, 2010, p. 216).

Cláudia Opitz, por sua vez, atenta que a idade reduzida das moças minimizava a possibilidade de elas conseguirem impor sua vontade na celebração do casamento. Dessa forma, ter uma idade mais elevada antes do casamento era uma condição para que a mulher melhorasse sua “posição negociadora” no âmbito conjugal, ainda que isso não fosse o suficiente para defender seus próprios interesses (OPITZ, 1990, pp. 362-365).

Inseridas, portanto, em um contexto de sociedade calcada pelos laços de parentesco – ou em uma cristandade medieval na qual as relações pessoais são em grande parte definidas através desses laços (BASCHET, 2006, p. 448) – mulheres como Beatriz de Castela fazem parte de uma teia de regras que define a filiação e rege as práticas de alianças. Anita Guerreau-Jalabert afirma que o parentesco envolve a consanguinidade e a aliança, sendo a primeira correspondente aos elos entre dois indivíduos dos quais um descende do outro ou reconhecem um ascendente comum e a segunda traduzida como a forma pela qual os grupos de consanguíneos são ligados entre si pela aliança do matrimônio. Segundo a autora, a consanguinidade é “definida por regras de natureza social e não biológica, rege o recrutamento dos grupos de parentes, mas também a transmissão dos bens materiais e simbólicos” (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 322)

Fruto mais da vontade política que do desejo da infanta, a ida de Beatriz foi retratada por Rui de Pina como o início de um comportamento virtuoso na nova corte:

[...] e ElRei D. Diniz trouxe logo pera Portugal consigo, e por Esposa do Ifante D. Affonso seu filho, ha Ifante Dona Breatis irmãa delRei D. Fernando, filha delRei D. Sancho, e da Rainha Dona Maria, ha quaal sendo ainda mui moça, andou mui honradamente em caza delRei D. Diniz, em quanto ambos eraõ soamente cazados por palavras de futuro, cujo prometimento se fez por elles em Coimbra na era de mil trezentos e sete annos [...] (PINA, 1912, pp. 64-65).

Ser uma futura rainha de origem castelhana em um reino que frequentemente entrava em guerra com Castela poderia ter lhe rendido desaprovações e má fama, porém o cronista sugere que Beatriz conseguiu se adaptar rapidamente, recebendo por ele uma imagem de mulher honrada ainda quando o autor narrava acontecimentos decorrentes do casamento. Cabe esclarecer que, aqui, o vocábulo “imagem” acompanha a concepção dos historiadores

identidades de gênero e afirmação régia: os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, pp. 37-38 e *passim*.



dos últimos anos de associá-lo não unicamente a valores estéticos, mas ao funcionamento social e às funções ideológicas (SCHMITT, 2002, p. 592). Essa compreensão remonta sua origem terminológica do latim *imago*, utilizada na própria concepção medieval do mundo e do homem que, segundo Jean-Claude Schmitt:

[...] remete não somente aos objetos figurados (retábulos, esculturas, vitrais, miniaturas, etc.), mas também às “imagens” da linguagem, metáforas, alegorias, *similitudines*, das obras literárias ou da pregação. Ela se refere também à *imaginatio*, às “imagens mentais” da meditação e da memória, dos sonhos e das visões, tão importantes na experiência religiosa do cristianismo [...] (SCHMITT, 2002, p. 593).

Logo, as imagens medievais expressam um mundo cristão que não é neutro tampouco sem hierarquia. Por conseguinte, o imaginário de corte sobre a mulher no final do medievo então se refere à produção de imagens e símbolos – uma vez que a imagem não é necessariamente figurativa, mas alegórica-simbólica (SCHMITT, 2002, p. 595) – referentes aos ideais femininos dentro desse grupo social.

Porém, entre a sogra Isabel, a Rainha Santa,¹² e a nora Inês de Castro, a Rainha Morta,¹³ a imagem de Beatriz transparece na literatura e historiografia portuguesas bastante apagada, quase esquecida. No Brasil, parece não haver um trabalho de título acadêmico sequer sobre a castelhana, excetuando a dissertação da autora deste artigo.

A “Crônica de D. Dinis” revela-se pertinente para o estudo em pauta na medida em que narra desde a chegada da castelhana a Portugal até o falecimento de seu sogro, o rei D. Dinis, e sua elevação à rainha consorte mediante ascensão de seu marido ao poder, D. Afonso IV. Desse modo, permite a compreensão sobre alguns aspectos como o contexto em que foi levada ao seu reino de criação, quais as expectativas geradas através de seu casamento com o infante Afonso e, ao final, qual representação de Beatriz se desejava, no período em que escrevia o autor, que permanecesse na memória dos portugueses.

A “Crônica de D. Afonso IV”, por sua vez, abarca todo o período de reinado do seu esposo, possibilitando uma análise discursiva do papel da castelhana enquanto autoridade régia lusitana. Outrossim, também facilita o estudo de suas representações de mãe e avó,

¹² Isabel foi beatificada pelo papa Leão X em 1516 e canonizada pelo papa Bento XIV em 1742 devido ao chamado “milagre das rosas”, quando teria transformado pães que distribuiria aos desfavorecidos em rosas. Além disso, segundo narrativa hagiográfica, teria escorrido um líquido de sua sepultura que exalaria um aroma suave, ao invés do mau cheiro da decomposição cadavérica.

¹³ Narra-se que, após subida ao trono, Pedro I teria proclamado que havia se casado secretamente com Inês de Castro antes de seu assassinato em 1355. Para vingar a morte da amada, ele teria imposto aos seus súditos, em cerimônia macabra, que lhe beijassem a mão podre como se fosse uma rainha viva. Sobre as repercussões literárias desse relacionamento amoroso no decorrer dos séculos, ver: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas medievais de Portugal**: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 284-304.



através de uma interpretação do que se descreve a respeito do relacionamento com seus filhos e netos. É possível também comparar as fontes investigadas no intuito de identificar as permanências e rupturas referentes à sua figura, e no que elas se associam (ou não) às identidades atribuídas a Afonso.

Ao investigar a “Crônica de D. Afonso IV”, de fato, percebe-se uma alteração de postura adotada pelo autor Rui de Pina no que concerne à imagem da castelhana, a qual provavelmente possui relação com a mudança de seu próprio *status* na corte e, com isso, uma maior abrangência de seu poder sócio-político. De nora do rei D. Dinis na obra anterior a esposa do elevado a monarca D. Afonso IV nessa crônica, a figura de Beatriz aparece “melhorada”; no entanto, conforme presumido nas relações de gênero da sociedade medieval, ao menos em parte dependente de ou subordinada a referências imagéticas masculinas.

Passou-se do tempo de conceber o estudo das representações como um ramo absolutamente descolado da realidade histórica e eminentemente subjetivo. Hoje em dia, os historiadores em sua maioria concordam que nenhuma fonte tem a capacidade de ser neutra, uma vez que reflete uma visão de mundo e os objetivos de seu autor. Ademais, a própria pesquisa em si é fruto de questionamentos, recortes e percepções daquele que a conduz, nunca sendo, portanto, uma investigação plenamente irrefutável e acabada.

Beatriz de Castela estava longe de ser uma figura meramente decorativa no que diz respeito aos assuntos políticos e culturais do reino. Parece, na verdade, estar inserida em um contexto de tentativas de supressões como um resultado da misoginia instaurada e enraizada não somente ao longo da história da humanidade, mas durante a história da historiografia, que por séculos negou reconhecer as mulheres como agentes políticos, sociais, culturais e, principalmente, históricos.

Ela ganhou, nas crônicas, descrições que se aproximavam apenas de ideais de esposa e mãe, mas nem por isso em patamares imagéticos idênticos ao de outras rainhas ibéricas, fazendo jus ao entendimento de que a categoria gênero de forma alguma deve ser interpretada como universal ou invariante. Filipa de Lencastre – esposa de D. João I de Portugal – por exemplo, receberia o adjetivo de “santa” em variadas passagens da “Crônica da Tomada de Ceuta”,¹⁴ *status* de religiosidade que Beatriz não conseguira alcançar, apesar de ter sido criada pela rainha Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada como Santa Isabel.

¹⁴ O sentimento religioso de Filipa fora tão reforçado na crônica que, no momento de sua morte, tivera uma visão com Nossa Senhora. Ver: ZURARA, Gomes Eannes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1915, pp. 136-137.



Pragmatismos e imediatismos historiográficos em conferir tanto à Beatriz quanto à Filipa a posição e a identidade únicas de dominadas ou totalmente subordinadas impediriam, segundo hipóteses da autora deste artigo, a percepção da relevância de desconstruir essas representações, complexificando-as ou ao menos refletindo mais profundamente sobre como se tornaram mecanismos de produção e transmissão de poder. A parca produção historiográfica lusófona sobre as rainhas, especialmente sobre Beatriz, parece evidenciar o desinteresse dos historiadores portugueses e brasileiros dedicados ao estudo da Idade Média pelo uso da categoria gênero, cujo emprego se revela bem mais corrente em outros recortes temporais. Cabe aos medievalistas do século XXI trilhar o caminho dos desafios enfrentados pela escolha desse tipo de abordagem, equivocadamente posto à parte das questões gerais que permeiam o estudo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 4, 1995.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens da mulher*. **Actas do colóquio A mulher na sociedade portuguesa**: visão histórica e perspectivas actuais, v. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 51-90.

FABBRO, Eduardo. *Poder e História*: a nova história política da Idade Média. **Em Tempo de Histórias**, n. 8, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRÓES, Vânia Leite. **Era no tempo do Rei**: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média. Tese (Professor Titular de História Medieval). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

_____. *Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV*. **Actas do Congresso Internacional de História**: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Vol. III: Igreja, Sociedade e Missionação. Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas. Braga, 1993, pp. 183-202.



- GIMENEZ, José Carlos. *Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias ibéricas medievais*. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, mai. 2012, pp. 98-109.
- GUERREAU-JALABERT, A. *Parentesco*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 2, pp. 321-336.
- HALL, Catherine. **La historia de Samuel y Jemina: género y cultura de la clase trabajadora en la Inglaterra del siglo XIX**. In: *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *Masculino/feminino*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 2, pp. 137-143.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história?* In: **O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LOURENÇO, Vanda. *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- MATTOSO, José. *A mulher e a família*. In: **Actas do colóquio A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais**, v. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 35-49.
- _____. *A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)*. **ANAIS DO CONGRESO DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 4. La nobleza medieval peninsular en la Edad Media**, Ávila, 1999.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas medievais de Portugal: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- OPITZ, Cláudia. *O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Volume 2: “A Idade Média”. Porto: Edições Afrontamento, 1990, pp. 362-375.
- ORLANDI, Eni. *Análise De Discurso: Princípios & Procedimentos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2007.
- OSÓRIO, Jorge. *D. Dinis: o rei, a língua e o reino*. **Máthesis**, Viseu, n. 2, 1993, pp. 17-36.
- PINA, Rui de. **Chronica de El Rey Dom Afonso: o quarto do nome, e settimo dos Reys de Portugal**. Lisboa: Industria e Officina Impressa de Paulo Craesbeeck, 1653.



_____. **Chronica d'El-Rei D. Diniz**. 2 ed. Lisboa: Escritorio (Coleção Bibliotheca de Classicos Portuguezes), 1912.

SCHMITT, Jean-Claude. *Imagens*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 1, pp. 591-605.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. *Prefácio à Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, 1994, pp. 11-27.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. *Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003)*. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, jan./jul. 2004, pp. 87-107.

SILVA, Marcelo Cândido da. *O poder na Idade Média entre a "História Política" e a "Antropologia Histórica"*. **Revista Signum**, n. 5, 2003.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política em el siglo XIX: una dimensión ignorada. In: *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.

THOMPSON, Edward P. *Patrícios e Plebeus*. In: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 25-85.

TILLY, Louise. *Gênero, história das mulheres e história*. **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**, n. 3, 1994, pp. 29-62.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de identidades de gênero e afirmação régia: os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, 272 pp.

VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*. **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**, n. 3, 1994, pp. 63-84.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.